

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

Destaque: (em negrito) Matérias que citam o Ministro Bento Albuquerque ou o MME:

Sumário

VEÍCULO: Valor Econômico.....	2
Título: Petrobras vai perder direitos no próximo leilão do pré-sal.....	2
Título: Cenário de privatização vê alta de 10% na bolsa.....	3
Título: Crítica a agências reguladoras une Poderes	5
Título: Cade prepara-se para julgar Embraer, Petrobras e Disney.....	7
Título: Para identificar cartel, mais inteligência artificial.....	9
VEÍCULO: O Estado de S. Paulo	10
Título: Caramuru prevê faturar 5% mais no País em 2020	10
Título: Ações de companhias elétricas podem equilibrar a carteira de investimentos	10
VEÍCULO: O Globo.....	12
Título: Inflamável	12
Título: Criminosos instalam válvulas clandestinas nos dutos	15
VEÍCULO: Correio Braziliense.....	16
Título: É preciso interromper a privatização da Petrobras	16
Título: Mais energia com menos dependência	18

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 20/01/2020****Seção: Primeira Página****Autor: Ribamar Oliveira****Título: Petrobras vai perder direitos no próximo leilão do pré-sal**

Campos de Sépia e Atapu não receberam ofertas no leilão da cessão onerosa em 2019; objetivo do governo é torná-los mais atraentes para os investidores estrangeiros

O governo vai reduzir o valor do bônus de assinatura ou diminuir o percentual de partilha do óleo com a União exigido nos campos de Sépia e Atapu, no pré-sal, informou ao **Valor** o secretário-especial da Fazenda, Waldery Rodrigues. Os dois campos não receberam ofertas no leilão da cessão onerosa, no ano passado. O objetivo é torná-los mais atraentes para os investidores estrangeiros.

O governo também pretende acabar com o direito de preferência concedido à Petrobras na exploração do pré-sal. A avaliação técnica é de que esse direito distorce a concorrência e afasta competidores. “Nós estamos analisando cada um desses itens e o relacionamento dos potenciais interessados com a Petrobras”, disse o secretário.

Definida a nova modelagem, a intenção é realizar os leilões de Sépia e Atapu em dezembro. “Não descartamos fazer o leilão neste ano, mas é um calendário apertado”, afirmou Waldery. O certo, observou, é que 33% do valor do bônus dos dois campos serão transferidos aos Estados e municípios.

A Lei nº 12.351/10 concede o direito preferência à Petrobras de ser operadora dos blocos contratados sob o regime de partilha. A estatal deve se manifestar para cada um dos blocos ofertados. Na modelagem do leilão da cessão onerosa, realizado em 6 de novembro, o bônus de assinatura do campo de Sépia foi fixado em R\$ 22,859 bilhões e o consórcio vencedor teria que dar um mínimo de 27,88% do excedente do óleo à União. O bônus para o campo de Atapu foi fixado em R\$ 13,742 bilhões e o percentual mínimo de excedente em óleo seria de 26,23%.

O bônus de assinatura “é pago na largada”, observou o secretário, tornando-se uma restrição financeira imediata. Se ele for reduzido, a atratividade pode aumentar. Já o percentual mínimo de óleo concedido à União é uma obrigação que se estende por 35 anos. O governo terá que avaliar qual é o ajuste dessas

duas variáveis que tornará os dois campos mais atraentes aos investidores estrangeiros.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 20/01/2020

Seção: Brasil

Autor: Fabio Graner

Título: Cenário de privatização vê alta de 10% na bolsa

No caso das empresas fechadas, área econômica usou suas próprias hipóteses e recursos humanos para calcular o potencial valor de vendas

O Ministério da Economia divulgou na semana passada a meta de R\$ 150 bilhões em privatizações e desinvestimentos. O anúncio teve grande repercussão e mereceu até um comentário positivo da agência de risco Moody's, na última sexta-feira. Mas também renovou movimentos contrários a ele.

A apresentação do secretário especial de Desestatização, Salim Mattar, veio sem uma série de informações que ainda precisam ser detalhadas pelo governo. O ministério não apresentou, por exemplo, a decomposição por empresa ou grupo econômico dos R\$ 150 bilhões a serem obtidos com o processo de privatização. Tampouco detalhou como se darão os impactos fiscais diretos e indiretos que o processo deve ter.

Nova meta reforça movimentos contra as privatizações

Até agora não está claro também como será o tal "fast track" (via rápida) das privatizações, cujo projeto está previsto para ser enviado em fevereiro. Do que se falou até agora que o mecanismo trará, não seria necessário projeto de lei. Bastaria decisão presidencial. É o caso da inclusão direta das empresas no Plano Nacional de Desestatização (PND), sem passar previamente pelo Programa de Parceria de Investimentos (PPI).

Essas e outras dúvidas estão sendo levantadas no setor privado e, parece incrível, dentro do próprio governo. Uma fonte da equipe econômica explicou não ser possível detalhar ainda essas questões por motivos estratégicos e para não afetar as ações das empresas listadas em bolsa, como é o caso da Eletrobras. Mas forneceu ao **Valor** algumas informações adicionais sobre como a pasta chegou aos R\$ 150 bilhões.

O número considera, por exemplo, uma alta pouco superior a 10% no índice Ibovespa até o fim do ano, chegando a cerca de 130 mil pontos (na sexta-feira fechou acima de 118 mil), em linha com boa parte do mercado financeiro. Esse

“upside” foi incorporado para calcular os resultados relativos às empresas de capital aberto.

No caso das empresas fechadas, diante da escassez orçamentária para contratar estudos técnicos, a área econômica usou suas próprias hipóteses e recursos humanos para calcular o potencial valor de vendas. Mas admite que nos cálculos feitos há uma “margem de erro” não desprezível.

Embora seja a empresa mais famosa, a venda da Eletrobras não necessariamente será a maior dentro do “orçamento” de R\$ 150 bilhões, aponta uma fonte, sem fornecer detalhes. De qualquer forma, como informou Mattar nas suas últimas entrevistas, a perda de controle da companhia energética pela União é responsável pela maior parte do total de 300 empresas que deixarão de ser estatais: são 210, entre subsidiárias, coligadas ou simples participações.

Persiste, porém, a dúvida se o governo conseguirá dobrar as resistências do Congresso, em especial dos senadores e da bancada do Nordeste. Desde o governo Michel Temer que se tenta vender a Eletrobras

A meta mais ambiciosa do governo neste ano para as privatizações neste ano também reforça as reações contrárias. A Associação dos Engenheiros e Técnicos da Eletrobras (Aesel), por exemplo, contestou duramente, em nota enviada ao **Valor**, os dados apresentados por Mattar na semana passada, como a necessidade de aportes de R\$ 14 bilhões da União para investir e manter participação de mercado.

“A Eletrobras não precisa de R\$ 14 bilhões anuais do Tesouro. Ao contrário, nos últimos 11 anos a Eletrobras deu ao Tesouro Nacional mais de R\$ 16 bilhões. O único aporte feito pelo governo federal foi de cerca de R\$ 3 bilhões em 2016. Só em 2019 a Eletrobras aportou quase R\$ 700 milhões nos cofres da União”, diz a Aesel. “Se hoje a Eletrobras prefere repassar dividendos bilionários a seus acionistas, entre eles a União, em detrimento de realizar investimentos, é uma opção dos seus controladores, no caso o governo. A empresa está financeiramente saudável e é plenamente capaz de realizar os investimentos”, acrescenta.

O diretor da entidade, Íkaro Chaves, acrescenta que, embora ela seja contra, privatizar ou não é uma decisão que a sociedade tomará, mas ressalta que o debate precisa ser feito com números e dados corretos.

Outro foco de resistências que promete se acirrar é na Caixa Econômica Federal. Sua privatização está descartada, mas ela tem um grande programa de venda de subsidiárias.

O presidente da Federação Nacional das Associações do Pessoal da Caixa (Fenae), Jair Ferreira, disse ao **Valor** que está em curso um processo de "esquartejamento" do banco. Na prática, disse, é uma privatização disfarçada. A Caixa estaria sendo enfraquecida ao dividir com o setor privado os ganhos das rentáveis áreas de seguro (a abertura de capital da Caixa Seguridade está prevista para abril), loterias e cartões. "Se tirar áreas importantes como essas, você enfraquece o banco e quem será prejudicada é a população, porque a Caixa terá menor capacidade de atuar", disse.

Ferreira afirmou que está procurando caminhos jurídicos para tentar barrar os processos em curso, embora a decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) liberando de autorização do Congresso a venda de subsidiárias dificulte o quadro. Ele disse que também serão intensificados os esforços junto à classe política e à sociedade para evitar essas privatizações.

Para a equipe econômica, os movimentos de resistência são naturais, em especial do quadro de pessoal das estatais. Uma fonte diz que isso revelaria temor de perda de privilégios. E destaca a convicção do atual governo de que o Estado não deve competir com a iniciativa privada.

A leitura dessa fonte é que a venda de subsidiárias garantirá que a Caixa tenha seu foco em atender a população de baixa renda, dando acesso ao crédito, sobretudo imobiliário. No caso da Eletrobras, a opinião é que o repasse de dividendos é obrigação da estatal e que o retorno desse capital tem sido muito baixo. Além disso, reitera a mensagem de que a privatização dará à empresa condições melhores para competir e investir para manter mercado.

Concorde-se ou não, o debate sobre essa agenda é da maior relevância. Ainda que questões estratégicas e regras do mercado de fato dificultem a abertura de alguns dados, o governo deve buscar ampliar ao máximo o volume de informações prestadas para que a sociedade possa fazer uma discussão qualificada. E possa avaliar a cada momento se o programa está sendo conduzido no melhor interesse do país.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 20/01/2020

Seção: Política

Autor: Renan Truffi e Vandson Lima

Título: Crítica a agências reguladoras une Poderes

Líderes no Congresso discutem retomar debate para garantir que órgãos não extrapolem suas funções

Apesar de entrar em rota de colisão com o Palácio do Planalto com frequência, a cúpula do Congresso já articula se alinhar ao presidente Jair Bolsonaro em pelo menos um assunto no início do ano legislativo: as críticas às agências reguladoras. Líderes discutem retomar o debate sobre a Lei das Agências, aprovada há menos de um ano, para garantir que esses órgãos não “continuem a extrapolar suas funções”.

A avaliação dos parlamentares é que a sanção do chamado marco civil das agências reguladoras, em junho de 2019, não produziu o efeito esperado. O diagnóstico leva em conta, principalmente, os vetos impostos pelo presidente Jair Bolsonaro ao texto.

Na ocasião, Bolsonaro justificou o veto a um dispositivo que instituía lista tríplice para seleção de integrantes das agências, dizendo que o Congresso queria retirar seu poderes de decidir sobre a direção das agências. “Se isso aí se transformar em lei, todas as agências serão indicadas por parlamentares, imagine qual o critério que eles vão adotar. Pô, querem me deixar como rainha da Inglaterra?”, questionou.

Outro ponto vetado, considerado o mais grave pelos congressistas, foi a previsão de quarentena de pelo menos 12 meses para que indicados estejam afastados de empresas ligadas ao setor. Assim, segundo parlamentares, um dos vícios que se tentou sanar com o projeto permaneceu: nomes recém-saídos das corporações que vão trabalhar nas agências, mas continuam influenciados pelos antigos patrões, que agora deveriam fiscalizar.

De lá para cá, o próprio presidente passou a colecionar entreveros com alguns desses órgãos. As Agências Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) e do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) sofreram com críticas do Palácio. O caso mais recente envolveu a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), em razão de uma possível taxação da energia solar.

Os parlamentares querem aproveitar esse ensejo para voltar à carga. Então relatora no Senado, a senadora Simone Tebet (MDB-MS) diz que a versão do projeto sancionada por Bolsonaro continua a permitir que o lobby do setor seja maior do que o interesse dos consumidores. “Nessa relação assimétrica, a balança está pendendo para o setor. As agências tinham que servir como fiel da balança, mas hoje servem ao lado mais forte, as empresas, e não ao consumidor”, disse.

Simone avalia apresentar um novo projeto focado na rediscussão da quarentena para agentes do mercado. “Da mesma forma que políticos têm que ter quarentena [para trabalhar em empresas], não é possível que diretores sejam demitidos e, em seguida, indicados para essas agências”.

O líder do MDB no Senado, Eduardo Braga (AM), disse ao **Valor** que também avalia apresentar uma proposta que possa coibir o que chamou “ativismo” nesses órgãos. “Há uma confusão entre o papel de regulação do mercado e o de formação de políticas públicas. Confundiram isso e começaram a dar às agências o papel de formuladoras de políticas públicas. Estão usurpando o poder público”, argumentou.

Hoje senador pelo PT, Jean Paul Prates (RN) fez parte do grupo de estudos para a implementação das agências reguladoras no Brasil, durante o governo de Fernando Henrique Cardoso. Segundo ele, sempre houve dificuldade dos governantes em entender o papel dos órgãos. “Quando a Dilma assumiu o Ministério de Minas e Energia, ela também contestou. Carregava a mentalidade departamental, de que as agências deveriam seguir o que ela dissesse. Depois ela foi se adequando. Bolsonaro é diametralmente oposto e igualmente errado. Ele diz que não pode fazer nada, porque a agência é autônoma, o que também não é correto”, aponta.

Prates defende que o governo tem o direito de implementar sua política setorial e uma das formas de fazer isso é através das agências. “Bolsonaro pode sim dizer quais serão as prioridades e direcionar. As agências se submetem ao programa de governo vencedor. E olha que quem está falando é um senador do PT em um governo como o de Bolsonaro”, acrescentou.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 20/01/2020

Seção: Empresas

Autor: Murillo Camarotto

Título: Cade prepara-se para julgar Embraer, Petrobras e Disney

A expectativa de retomada do crescimento econômico sustentável e do avanço do programa de privatizações do governo deve puxar para cima o número de processos de fusões e aquisições analisados pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) em 2020. O presidente do órgão, Alexandre Barreto, acredita que a compra da Embraer pela Boeing deve ser julgada já nas primeiras sessões do plenário, em fevereiro.

O Cade pretende intensificar no primeiro semestre ações diretas junto a agências reguladoras para tratar, por exemplo, do leilão de telefonia 5G, de cobrança de tarifas em portos e da redistribuição dos slots da Avianca.

Em entrevista ao **Valor**, Barreto disse que o número de atos de concentração analisados em 2019 superou em 8% o verificado em 2018. Para este ano, são esperados cerca de 450 processos.

Além da aquisição da Embraer pela Boeing, estão no radar operações que envolvem o programa de venda de ativos da Petrobras em refino e gás natural. A estatal assinou em junho de 2019 um acordo com o Cade, no qual se comprometeu a vender oito refinarias. O acordo suspendeu um inquérito administrativo aberto pelo órgão antitruste para apurar suposto abuso de posição dominante por parte da Petrobras, no mercado de refino de petróleo.

Um mês depois, também com a Petrobras, foi assinado um acordo para a venda de ativos de gás natural. Além de fatias em empresas transportadoras, a estatal deverá alienar sua participação acionária indireta em companhias distribuidoras.

O Cade voltará a analisar a compra da Fox pela Disney. Aprovado pelo órgão em fevereiro do ano passado, o negócio terá que ser revisto porque a Disney não conseguiu cumprir uma das principais condições impostas pelo Cade, que é a venda do canal Fox Sports. “Quando a venda não se mostrou viável, pode-se até aprovar o negócio sem restrição nenhuma. Ou não aprovar. Agora tudo está em aberto novamente”, disse Barreto.

Ainda na seara concorrencial, o Cade pretende intensificar já no primeiro semestre ações diretas junto a agências reguladoras, medida também chamada de “advocacy” da concorrência. Em breve será formalizado o acordo de cooperação firmado com a Procuradoria-Geral da República (PGR), cujo objetivo é definir políticas de estímulo à concorrência.

Conforme antecipado em dezembro pelo **Valor**, os dois órgãos pretendem iniciar as ações pelos setores de aviação civil, telecomunicações e portos. Segundo Barreto, com a formalização do acordo, os grupos de trabalho começarão a atuar em algumas pautas setoriais específicas.

Entre elas está o leilão de quinta geração de telefonia móvel, mais conhecido como 5G. O Cade e a PGR também vão participar das discussões envolvendo a praticagem nos portos e a polêmica tarifa de armazenamento nos terminais, chamada de THC2, que há anos se arrasta sem solução nos tribunais e órgãos de controle, incluindo o Cade.

Os terminais portuários localizados à beira-mar - também chamados de “molhados” - cobram das empresas de navegação uma tarifa para retirar os contêineres da embarcação e acomodá-los em pilhas dispostas no pátio. Essa taxa é incorporada ao preço do frete e repassada ao dono da carga. O problema é que para tirar o contêiner da pilha e levá-lo até o portão do terminal, uma nova taxa é cobrada: a THC2.

“Acredito que poderemos, finalmente, encontrar uma solução para essa cobrança”, afirmou o presidente do Cade. Segundo Barreto, a atuação em conjunto com as agências reguladoras poderá gerar algum ruído, mas terá resultados positivos em termos de fomento à competição.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 20/01/2020

Seção: Empresas

Autor: Murillo Camarotto

Título: Para identificar cartel, mais inteligência artificial

Já está em fase de testes no Cade um sistema desenvolvido em parceria com a Agência Nacional do Petróleo, Gás e Biocombustíveis (ANP) para detectar a prática de falsa concorrência em postos de combustível

O Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) prevê ampliar neste ano o uso de ferramentas de inteligência artificial e mineração de dados para identificar indícios de cartel. Já está em fase de testes, por exemplo, um sistema desenvolvido em parceria com a Agência Nacional do Petróleo, Gás e Biocombustíveis (ANP) para detectar a prática de falsa concorrência em postos de combustível.

O presidente do Cade, Alexandre Barreto, diz que a forma tradicional de fiscalizar os postos de gasolina é a simples análise dos preços na bomba. “Ocorre que nem sempre isso pode provar a existência de um cartel. A gasolina é uma commodity e a semelhança entre os preços é, de certa forma, natural”.

A tecnologia em desenvolvimento promete ir além. É capaz de identificar e sistematizar rotinas de preços praticados ao longo do tempo em postos de uma determinada área geográfica. Com isso, alertas são disparados quando donos de postos combinam entre si mudanças coordenadas nos preços, a fim de simular uma competição que não existe.

O Cade já vem usando ferramentas de mineração de dados para detecção de indícios de cartel. A tecnologia - batizada internamente de “Sistema Cérebro” - tem a capacidade de analisar imensos conjuntos de dados em busca de padrões consistentes. O objetivo central é fazer contra-cheque e aprimoramento de evidências.

Um dos processos abertos com base em informações levantadas pelo sistema deu origem à Operação Ponto de Encontro, deflagrada no final de 2018 em parceria com a Polícia Federal. A investigação mirou um suposto cartel em licitações realizadas por órgãos federais para contratação de serviços terceirizados. Foram cumpridos na ocasião mandados de busca e apreensão em

13 empresas sediadas em Brasília. O “Cérebro” ajudou a identificar quais as empresas poderiam estar envolvidas.

O sistema tem permitido o início de novas investigações, ainda preliminares e sigilosas. A ferramenta também tem sido usada para robustecer investigações conjuntas entre o Cade e o Ministério Público. “Neste ano, novos casos serão abertos com base em dados levantados por inteligência artificial. E a tendência é crescente”, diz Barreto.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 20/01/2020

Seção: Coluna do broadcastagro

Autor:

Título: Caramuru prevê faturar 5% mais no País em 2020

No tanque. Para 2020, a aposta da empresa é biodiesel, com o aumento da mistura do produto no combustível fóssil de 11% para 12%. A estimativa é de que até 70% da produção de óleo poderá ser destinada ao biocombustível. A Caramuru também passa a contabilizar no faturamento a glicerina farmacêutica, subproduto da produção do bio-diesel, que começou a ser fabricada na planta de Ipameri (GO) neste início de ano, após investimento de R\$ 30 milhões.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 20/01/2020

Seção: Economia

Autor: Matheus Piovesana

Título: Ações de companhias elétricas podem equilibrar a carteira de investimentos

Mais resistentes aos ciclos econômicos e menos voláteis na Bolsa, papéis acabam ajudando a ‘segurar’ rendimentos

Em um cenário de juros baixos, em que o investidor busca alternativas à renda fixa, o setor de energia é bem visto por analistas na hora de montar carteiras de ações. Isso porque as empresas são consideradas mais resistentes a ciclos de baixo crescimento da economia e sentem menos os altos e baixos da Bolsa.

“Se é um investidor típico de renda fixa, que investia em CDB, por exemplo, é muito interessante que ele dê o primeiro passo com algo mais resiliente, como as ações do setor elétrico”, explica Rafael Winalda, analista da Toro Investimentos. Para ele, se a carteira de ações pudesse ser comparada a um time de futebol em campo, as elétricas seriam os volantes, protegendo a defesa do time.

Segundo analistas, essa vantagem das empresas do setor se justifica mesmo pela menor exposição delas aos ciclos econômicos - incluindo aqui os movimentos do varejo e da indústria -, o bom fluxo de dividendos e a menor volatilidade em relação ao Ibovespa, o principal índice da Bolsa, podem ser atrativos tanto para carteiras mais conservadoras quanto para as de maior apetite ao risco.

Sabrina Cassiano, analista da Necton Corretora, concorda que os papéis de energia podem ser um bom contrapeso a ações mais voláteis. “Essas ações são mais indicadas para carteiras de dividendos, mas, mesmo em carteiras mais arrojadas, são interessantes para dar um equilíbrio.”

As ações de elétricas seriam, assim, uma forma de “segurar” o rendimento da carteira em momentos de desvalorização de papéis de setores mais afetados por oscilações da economia, como o varejo.

De um ano para cá, o Ibovespa subiu 24,25%, mas o índice de Energia Elétrica acumula valorização ainda maior, de 52,14%. Winalda afirma que boa parte desse crescimento é atribuída a uma característica importante das empresas do setor: sua sensibilidade às taxas de juros, que determinam, indiretamente, o fluxo de dividendos pagos.

“Muitas dessas empresas têm dívida alta, e uma taxa de juros de dois dígitos prejudicava o lucro líquido. Agora, com o juro baixo, há um impacto menor do custo da dívida”, analisa. O profissional considera, porém, que esse aspecto não deve mais afetar tanto o preço das ações e que a atividade econômica, importante para as distribuidoras, deve ganhar mais peso.

Preferidas. Em um ano, a ação do índice de elétricas com a maior valorização é a Eneva ON, que ao final do pregão de sexta-feira, 17, tinha alta de 160,43%. Winalda considera que o papel é o “queridinho do mercado” por ser mais dependente do gás natural, segmento menos sensível ao regime de chuvas, que afeta ações de empresas de energia hidrelétrica.

Em seguida vêm os papéis PNB da Copel, que subiram 130,65% no período. Vitor Sousa, analista do banco Brasil Plural, lembra que a troca do governo paranaense, controlador da empresa, não causou efeitos durante as eleições de 2018, mas sim depois, quando ficaram mais claros os objetivos da gestão de Ratinho Júnior (PSD) para a companhia. “A Copel não vai ser privatizada, mas estava subavaliada.”

Sabrina, da Necton, atribui a alta da Copel a melhorias operacionais e acredita que outra estatal, a Cemig, pode entrar no foco dos investidores. “A Copel entregou ao longo do ano passado uma melhoria significativa,

mas acho que até por isso o mercado pode começar a olhar um pouco melhor para a Cemig.”

Outra empresa destacada pelos analistas é a Engie, que tem investido na diversificação do portfólio, mantendo, segundo eles, grau de solidez equivalente ao de seus pares. “É um papel para investidores de longo prazo, porque a empresa já tem uma situação financeira bastante sólida. Mas, ao mesmo tempo, está diversificando operações, com a compra do gasoduto TAG, por exemplo”, explica Sabrina.

Privatização. Na carteira teórica do índice de Energia da B3, Cemig ON e Eletrobrás ON têm tido reações fortes ao noticiário sobre privatização. No caso da Cemig, as notícias sobre possíveis vendas de ativos animam o mercado. A avaliação de analistas, no entanto, é que ainda é preciso ver com cautela a venda da companhia.

“Apesar do discurso do governador de Minas Gerais, Romeu Zema, o mercado é um pouco cético com a privatização. Mas houve uma moralização, o papel subiu demais no último ano”, diz Vitor Sousa, do Brasil Plural.

Para Winalda, da Toro, o governo deve avançar, mas a venda da empresa não deve sair na atual gestão. “Acredito que o governador Zema vai arrumar a casa: vamos tornar a companhia rentável para depois pensar em privatização.” Ele vê a Eletrobrás, controlada pelo governo federal, alguns passos à frente nesse processo.

A venda da estatal permanece no foco do Congresso. No entanto, para Sabrina, da Necton, a simples sinalização do governo de que quer se desfazer da Eletrobrás não vai mais ser suficiente para animar os investidores. “A reação do papel neste ano vai depender de passos mais concretos no caminho da venda da empresa. Ela já está há dois anos nessa novela de privatiza ou não privatiza.”

VEÍCULO: O Globo

Data: 20/01/2020

Seção: Economia

Autor: Ramona Ordonez

Título: Inflamável

Furto de combustível volta a subir em SP, e Petrobras intensifica combate

Após bater recorde em 2018, os registros de furto de combustíveis no país caíram pela primeira vez em cinco anos no ano passado. Foram 203 ocorrências, queda de 22% em relação a 261 do ano anterior, segundo dados da Transpetro,

subsidiária de transporte de petróleo e derivados da Petrobras, obtidos pelo GLOBO. No entanto, um novo aumento dos casos no fim de 2019, concentrado em São Paulo, acendeu uma luz amarela na estatal, que decidiu intensificar uma força-tarefa para combater esse tipo de crime, praticado por quadrilhas especializadas. Em cinco meses, o número de ocorrências no estado triplicou, pulando de sete em julho para 21 em dezembro. Em janeiro deste ano, já foram registrados cinco casos, todos em São Paulo.

O principal alvo dos criminosos são dutos subterrâneos de transporte da Transpetro, que opera uma rede de tubulações de 14 mil quilômetros para distribuir petróleo, derivados como gasolina e diesel e produtos petroquímicos.

Só em 2019, foram roubados 7,4 milhões de litros em todo o país, um prejuízo de R\$ 120 milhões. No entanto, a ameaça vai além das perdas financeiras da Petrobras. A perfuração de dutos pode provocar danos ao meio ambiente e risco à vida de moradores de áreas cortadas pela rede.

PLANO DE R\$ 150 MILHÕES

A Transpetro decidiu ampliar o programa Pró-Duto, criado em 2019 para combater esse crime, investindo, só este ano, R\$ 150 milhões em ações de prevenção, monitoramento, contingências e reparos. O programa já mobiliza 250 profissionais com a meta de reduzir os furtos a menos de 230 no país este ano e ficar abaixo de 80 em 2021, o que seria uma queda de cerca de 70% sobre o recorde de 2018.

Os 141 casos em São Paulo em todo o ano passado representam 70% do total no país. Já no Estado do Rio, que chegou a registrar 95 furtos em 2017, foram 40 em 2019, uma redução de 42% em relação ao ano anterior. Um executivo da Transpetro que não quis se identificar suspeita de uma migração de quadrilhas do Rio para São Paulo. Uma evidência disso foi a prisão, no início deste mês, do líder de uma quadrilha especializada em São Paulo. Ele já tinha sido preso em flagrante em setembro de 2019 em Paty do Alferes, no interior do Estado do Rio. Solto, foi detido praticando o mesmo crime.

Procurados pelo GLOBO, o Ministério Público de São Paulo e a Polícia Federal informaram que não têm investigação específica sobre o furto de combustível no estado. A Polícia Civil não respondeu.

— Buscamos, cada vez mais, em conjunto com as forças de segurança dos estados e do governo federal, integrar e ampliar nossos esforços na mitigação dessas ações criminosas. Nossa maior preocupação é a proteção da vida e do meio ambiente — diz Marcos Galvão, executivo da Transpetro que coordena o Pró-Duto.

— A malha dutoviária, especialmente a que transporta combustíveis, é uma infraestrutura crítica do país, como a de aeroportos, e precisa que os órgãos de inteligência federais e estaduais estejam atentos.

Para a Petrobras, um fator que dificulta o combate às quadrilhas especializadas é a falta de uma lei que tipifique o crime de furto de combustível por dutos, com penas mais duras. Atualmente, a maioria dos casos é enquadrada como crime qualificado ou formação de quadrilha.

Tramita no Congresso um projeto de lei de autoria da senadora Simone Tebet (PMDB-MS) que altera a legislação para tipificar crimes que envolvam o furto de combustíveis de estabelecimentos de produção e instalações de transporte e armazenamento, além da receptação para punir quem compra produtos roubados. O projeto está na Câmara dos Deputados, onde já foi aprovado pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), e estabelece uma gradação na pena. Aumenta conforme a gravidade do crime, variando de um a cinco anos de reclusão e multa, podendo chegar a 14 anos se o delito provocar morte. Depois de passar pelo plenário da Câmara, volta ao Senado para aprovação final, o que pode acontecer ainda no primeiro semestre deste ano.

MORADORES COMO ALIADOS

Para Simone Tebet, os sinais de que criminosos estão migrando do Rio para São Paulo mostram a urgência da aprovação da lei. Ela diz que é preciso evitar a “profissionalização” das quadrilhas, como aconteceu em outros países que pesquisou. Citou o México, onde a estatal de petróleo tem prejuízos anuais estimados em US\$ 3 bilhões com o roubo de combustíveis, e estimativas de que o comércio de combustível roubado já movimenta algo como US\$ 10,8 bilhões por ano no mundo, perdendo apenas para o narcotráfico, a falsificação e o tráfico humano entre os crimes mais rentáveis.

— Nossos números crescentes acenderam uma luz de alerta e reforçaram a necessidade de aprovação do projeto — diz a senadora, que cita a Colômbia como país que reduziu ocorrências desse tipo de crime com uma legislação mais severa adotada em 2006.

Tentativas de perfurar a rede já provocaram muitos acidentes. Em maio do ano passado, por exemplo, uma criança de 9 anos morreu após ter 80% do corpo queimados ao ter contato com a gasolina que vazou de um duto da Transpetro no Parque Amapá, em Duque de Caxias, na Baixada Fluminense, após uma tentativa de roubo do combustível. Várias moradores passaram mal com o forte odor e tiveram que sair de casa temporariamente.

Galvão, da Transpetro, diz que a empresa pretende incrementar o combate ao crime este ano principalmente nas regiões metropolitanas do Rio e de São Paulo, que têm concentrado 90% dos casos. Além de vistorias e ações de inteligência para contribuir com as autoridades nos estados, o Pró-Duto também estuda iniciativas preventivas. Uma delas é programa junto às comunidades no caminho dos dutos para ocupar as faixas na superfície com hortas comunitárias e outras atividades que possam envolver os moradores na segurança dessa infraestrutura e, ao mesmo tempo, gerar oportunidades de renda ou lazer.

VEÍCULO: O Globo

Data: 20/01/2020

Seção: Economia

Autor:

Título: Criminosos instalam válvulas clandestinas nos dutos

Quadrilhas se dividem em grupos especializados em cada etapa do desvio de óleo e derivados para a venda no mercado paralelo

Um dos produtos mais visados nos dutos da Transpetro é o petróleo bruto, que bandidos vendem para refinarias clandestinas. Também roubam gasolina e diesel para vender abaixo do preço dos postos.

As quadrilhas são divididas em subgrupos, cada um com uma função nas várias etapas da operação. Um grupo é especializado em escavar para alcançar o duto. Outro, em furar tubulações, manobra que nem sempre dá certo.

Os bandidos costumam agir durante a noite, geralmente em duplas. Após a escavação, levam equipamentos capazes de furar o duto e instalar uma válvula com uma braçadeira ou com solda. A técnica é chamada de “trepanar” e consiste na instalação de uma derivação clandestina na tubulação para desviar parte do fluido transportado pela rede.

Dias depois, também de madrugada, chega outra “equipe” em um caminhão-tanque. O carregamento é feito com uma mangueira ligada à válvula. Os combustíveis são levados em vasilhames sem qualquer segurança em vans e até em caminhões de transporte de refrigerantes. Em seguida, entram em ação outros componentes da quadrilha, como o braço “comercializador” do grupo. Ele se encarrega de encontrar compradores para os combustíveis furtados, sem garantia de qualidade ou segurança. Quem compra comete o crime de receptação.

No Rio, a maior parte dos furtos acontece em áreas rurais, perto de comunidades que foram crescendo próximas às linhas de dutos. Em São Paulo, as ocorrências são mais comuns em áreas urbanas. Já foram encontrados até túneis abertos dentro de casas alugadas pelas quadrilhas que ficam em cima da rede da Petrobras.

VEÍCULO: Correio Braziliense

Data: 20/01/2020

Seção: Opinião

Autor: Mário Moura

Título: É preciso interromper a privatização da Petrobras

Sete em cada 10 brasileiros são contrários à privatização de empresas públicas, apontou o Datafolha no fim de agosto do ano passado. Quando se trata da Petrobras, a maior companhia do país em valor de mercado, com mais de R\$ 400 bilhões na Bolsa Brasil Balcão (B3), 65% posicionam-se contra a venda da empresa, e dois em cada três brasileiros defendem que a companhia deve ser controlada pelo governo. São nada menos que 140 milhões de pessoas. Entre empresários brasileiros, a resposta é a mesma: 59% são contra.

A voz da maioria, no entanto, não parece encontrar eco na atual gestão da companhia. Várias ações vêm fazendo com que a Petrobras perca sua liderança do poço ao posto no mercado brasileiro de petróleo. Essas ações iniciaram quando a Petrobras diminuiu a atividade de suas refinarias, reduzindo a produção de gasolina e óleo diesel no país, e adotou uma política de preços dos combustíveis alinhada ao mercado internacional, a partir de outubro de 2016.

Entre janeiro e outubro de 2017, logo após a implementação da política de reajustes diários da Petrobras, o preço médio da gasolina subiu apenas 3,7%, e o do diesel, 2,5%, como aponta estudo do Instituto de Estudos Estratégicos de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (Inep). O pequeno aumento se explica pela elevação de tributos federais e estaduais, uma vez que o preço do petróleo Brent se manteve estável nesse período, assim como o dólar.

No entanto, continua o Inep, o cenário mudou significativamente em outubro de 2017. O preço do Brent subiu, fazendo com que a Petrobras e os importadores de combustíveis aumentassem significativamente o preço da gasolina e do diesel. Até maio de 2018, o preço médio da gasolina subiu 13,5%, e o do diesel, 17,6% — o que motivou a greve dos caminhoneiros que parou o país e obrigou o governo Temer a criar mecanismos para frear os reajustes constantes.

Nesse contexto, em vez de rever a política e ampliar o refino, a Petrobras seguiu na direção oposta. Manteve o atrelamento ao mercado internacional e colocou na mesa a venda de oito de suas 15 refinarias. Além disso, vendeu o controle de sua distribuidora de combustíveis, a BR, a maior do país, com cerca de 30% do mercado.

Historicamente, o controle do refino no Brasil pela Petrobras foi fundamental para manter uma política de preços dos combustíveis que não penalizasse o consumidor com o sobe e desce característico do mercado internacional de petróleo. Mesmo que se reconheça que isso reduziu (mas não reverteu) os ganhos da empresa, é inegável que o fato de a Petrobras ser uma companhia integrada, do poço ao posto, fez com que essa volatilidade não afetasse o dia a dia da população, uma vez que os preços dos fretes dos alimentos e das tarifas como as dos ônibus são indexados aos preços dos combustíveis e mexem com as taxas de inflação. Com a venda de sua distribuidora e de metade de seu parque de refino, é alto o risco de a Petrobras perder seu papel de reguladora por sua liderança atual nesse mercado.

A empresa também perde seu papel de indutora de empregos e de desenvolvimento socioeconômico. A venda de oito refinarias põe em risco o emprego direto de quase 5 mil pessoas em sete estados brasileiros, cerca de 51% do total (9.628) de trabalhadores hoje em refinarias da Petrobras. Sem contar os empregos indiretos, as famílias dos trabalhadores e o impacto sobre as economias locais que giram em torno das refinarias da companhia.

O modelo de gestão da Petrobras cria desemprego, aponta o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese). Entre 2013 e 2018, a Petrobras perdeu 22.747 profissionais: de 86.108 para 63.361. Foi a maior queda entre as grandes petroleiras do mundo, de 26,4%, um quadro técnico de excelência, formado pela própria Petrobras. No mesmo período, a francesa Total ampliou seu quadro de trabalhadores em 5,7%. Entre terceirizados, a queda foi ainda maior: quase 248 mil trabalhadores (67,8% do total). Somados, o número de trabalhadores da Petrobras que perderam seus empregos alcançou 270.565 pessoas.

O fortalecimento da Petrobras é, portanto, uma legítima agenda da sociedade brasileira. É preciso interromper o processo de privatização da companhia — por partes e em doses homeopáticas — antes que a conta fique ainda mais alta para toda a população. A grave crise da nossa economia somente será revertida com

desenvolvimento sustentado e inclusivo. Nesse sentido, é preciso fortalecer a Petrobras e seu papel de indutora do desenvolvimento do país.

VEÍCULO: Correio Braziliense

Data: 20/01/2020

Seção: Opinião

Autor: Mário Moura

Título: Mais energia com menos dependência

Com raras exceções, os ambientalistas, por falta de conhecimento adequado da matéria ou por posições políticas arraigadas, são contrários à utilização da energia nuclear para produção de energia elétrica. Trata-se, no mínimo, de um paradoxo, pois a energia nuclear, entre as diversas fontes primárias utilizáveis para a produção de energia elétrica, é uma das que menos agride o meio ambiente.

Os ambientalistas costumam afirmar que o Brasil não precisa de usinas nucleares. Porém, ignoram que para o país se desenvolver sustentavelmente, a energia nuclear é, no momento, uma parceira insubstituível. E, quando tentam barrar as decisões tomadas pelo governo para organizar a nossa matriz energética, criam problemas sérios, como a que resultou na construção da usina de Belo Monte sem reservatório, para evitar a inundação de áreas florestais. Ora, na Região Amazônica não existem quedas que assegurem a melhor movimentação das turbinas, portanto, a usina de Belo Monte jamais terá condições de operar plenamente durante todo o ano.

Por conta de decisões como essa, caríssima e altamente polêmica, o Brasil está à beira de um colapso energético, que poderá comprometer a sua recuperação econômica. Não há desenvolvimento sem energia. Nesse cenário, as usinas termelétricas têm um importante papel a cumprir, para dar segurança ao sistema e garantir o abastecimento de energia elétrica.

É claro que as posições dos ambientalistas não foram as únicas responsáveis pelo atraso do setor energético brasileiro, que deixou de tocar obras importantíssimas, especialmente do setor nuclear, como a de Angra 3. A corrupção e a interferência política na ocupação de cargos estratégicos nas empresas e institutos do setor, nas últimas três décadas, fizeram um mal maior à matriz energética brasileira. Um enorme tempo perdido.

Ficaram lições que merecem profunda reflexão do Ministério de Minas e Energia (MME), que se debruça agora no planejamento e na definição de metas futuras para a área nuclear, depois de desastrosas gestões que, praticamente, paralisaram o setor. O futuro bate à porta da área nuclear, exigindo mais profissionalismo, competência e agilidade. O Brasil voltou a dar sinais de retomada do crescimento, porém, ainda não estamos livres de futuros apagões, em razão das mudanças climáticas, que comprometem, entre outras coisas, a vazão dos rios. É bom lembrar que as fontes hidrelétricas respondem por cerca de 70% da energia elétrica consumida no Brasil.

Nesse contexto, a proposta do governo de construir centrais nucleares, além das existentes, Angra 1 e 2, e da conclusão de Angra 3, merece ser considerada sem preconceito, ao lado da busca de outras fontes razoáveis, como a eólica e a solar. Um país com dimensões continentais como o Brasil não pode depender quase que exclusivamente de apenas uma fonte de energia elétrica. Com muito atraso, precisamos retomar a contagem regressiva para o desenvolvimento das alternativas, das quais a nuclear é a mais imediatamente utilizável para geração em grande escala. Não cabe mais apontar como desvantagem das fontes renováveis, a intermitência dos ventos e das radiações solares. No caso brasileiro, todas as fontes de energia elétrica são bem-vindas. Descartá-las pode levar a um suprimento inseguro e afetar o desenvolvimento do país, vide o caso da Alemanha. Ao planejar eliminar gradualmente todas as suas usinas nucleares até 2022 e as de carvão até 2038 a favor da energia renovável, principalmente eólica e solar intermitente, a Alemanha teve que aumentar o preço da eletricidade.

Tanto a fonte nuclear quanto as chamadas renováveis vivem um intenso processo de inovação e aperfeiçoamento. Essas fontes são malhas inteligentes para interligar e dar segurança ao sistema hidrelétrico, além de contribuir para compensar a intermitência dos ventos e radiações solares. Não adianta ficar remando contra a maré. A maré nos traz bons ventos para a geração de energia no Brasil, agora com o apoio do capital europeu, que nos poupará de recorrer apenas aos meios mais tradicionais para a geração de energia, as hidrelétricas suscetíveis às irregularidades climáticas.

MME / ASCOM .